

Estado de origem também define renda no mercado de trabalho

O mercado de trabalho que os brasileiros de diferentes estados enfrentam em São Paulo espelha as desigualdades de ensino e de oportunidades que os imigrantes de várias origens têm ao tentar a vida nos EUA. Uma pesquisa conduzida por economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir do censo de 2010, aponta que, a depender da origem e da qualidade da formação do trabalhador, sua renda pode variar de 2% a 13% para um ano a mais de estudo.

Cruzando dados de nível de escolaridade e renda, os economistas concluíram que um ano a mais de formação de um brasileiro que estudou no Piauí e se mudou para São Paulo se reflete em um aumento de 2,3% na renda – o patamar mais baixo entre os 19 estados analisados. Os estados da região Nordeste tiveram os piores resultados de rendimento.

No topo do ranking estão os fluminenses e gaúchos, para quem um ano a mais de estudo é revertido em ganhos de 10,5% a 13,1% no salário. Eles têm retornos maiores do que os que se formaram em São Paulo. A pesquisa não incluiu a Região Norte.

Os pesquisadores compararam os rendimentos de grupos de duas pessoas de mesmo gênero, que têm a mesma idade e o mesmo estado de origem. A diferença entre elas era ter um ano a mais de estudos.

“Os dados mostram o reflexo da formação no mercado, livre de preconceitos. Nós comparamos um catarinense com outro catarinense e um baiano com outro baiano; a diferença perceptível entre eles é o tempo que ficaram na escola”, explica Cezar Santos, pesquisador da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), da FGV, e coautor da pesquisa. Os resultados coinci-

dem com os do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do período, em que os estados do Sul e do Sudeste estão entre os 10 melhores.

Santos diz que a conclusão é que a qualidade de ensino entre os estados brasileiros é mais desigual do que se imagina. “O estudo também demonstra o quanto o investimento nos primeiros anos de formação é mais efetivo que nos anos finais.” Ele lembra que experiências recentes de melhoria da educação básica, como no Ceará, devem se refletir na renda dos migrantes cearenses em alguns anos.

Para o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Simon Schwartzman, a qualidade do ensino, sem dúvida, é um fator que limita as oportunidades que um migrante de um estado mais pobre tem ao se mudar para um mercado mais competitivo.

“Também pesam as redes e conexões que essa pessoa traz consigo. Ela chega a São Paulo e se aproxima de outros que vieram do mesmo lugar, com uma formação parecida e contatos de empregadores próximos daquela realidade. Os grupos acabam fechados em si mesmos.”

O estudo é uma adaptação de um levantamento feito em 2012 por um pesquisador da Universidade de Notre Dame, com imigrantes que foram viver nos Estados Unidos. “É como se o mundo todo coubesse no Brasil. Na proficiência da educação, também somos uma ‘Belíndia’”, diz Santos, citando o termo criado pelo economista Edmar Bacha para definir a desigualdade brasileira. “O nosso mercado de trabalho reflete a realidade dos imigrantes que vão para os Estados Unidos e que passaram por um sistema de ensino desigual.”